



*RELATORIO ANUAL 2020*

Um ano de **superações**

 **SICOOB**  
Palmeiras

# INDICE

<b>Análise Interna .....</b>	<b>03</b>
<b>Relatório Administrativo .....</b>	<b>04</b>
<b>Balço Patrimonial .....</b>	<b>11</b>
<b>Demonstração de Sobras .....</b>	<b>13</b>
<b>Demonstração das Mutações de Patrimônio .....</b>	<b>14</b>
<b>Demonstração de Resultados Abrangentes .....</b>	<b>17</b>
<b>Demonstração de Fluxo de Caixa .....</b>	<b>18</b>
<b>Notas Explicativas .....</b>	<b>19</b>
<b>Relatório de Auditoria .....</b>	<b>43</b>
<b>Parecer do Conselho Fiscal .....</b>	<b>46</b>

# PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade

# MISSÃO

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação e confiança.

# VISÃO

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e socioambiental das pessoas e comunidades

# VALORES

- ✓ *ÉTICA E INTEGRIDADE*
- ✓ *BOM SENSO*
- ✓ *ASSOCIADO EM PRIMEIRO LUGAR*
- ✓ *PAIXÃO POR RESULTADO*
- ✓ *SENDO DE DONO*
- ✓ *JUNTOS SOMOS MELHORES.*

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis do exercício do 2º semestre de 2020 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região LTDA. – SICOOB PALMEIRAS, na forma da Legislação em vigor.

## 1. Política Operacional

Em fevereiro do ano de 2021 o SICOOB PALMEIRAS irá completar 29 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da captação de depósitos e concessão de empréstimos.

## 2. Avaliação de Resultados

No exercício do 2º semestre de 2020, o SICOOB PALMEIRAS obteve um resultado de R\$ 2.120.607,92 (dois milhões, cento e vinte mil, seiscentos e sete reais e noventa e dois centavos).

## 3. Ativos

Os recursos alocados na Centralização Financeira somaram R\$ 54.917.250,94 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e dezessete mil, duzentos e cinquenta reais e noventa e quatro centavos). Enquanto a carteira de créditos representava R\$ 84.796.032,55 (oitenta e quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil, trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 36,89% da carteira, no montante de R\$ 32.052.524,68 (trinta e dois milhões, cinquenta e dois mil, quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos).

## 4. Captação

As captações, totalizaram R\$ 64.214.068,92 (sessenta e quatro milhões, duzentos e quatorze mil, sessenta e oito reais e noventa e dois centavos). As captações somadas, com as disponibilidades encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 30.246.287,05	47,10%
Depósitos a Prazo	R\$ 25.932.210,68	40,38%
Letra de Crédito do Agronegócio - LCA	R\$ 8.035.571,19	12,52%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 35,91% da captação, no montante de R\$ 26.191.978,00 (vinte e seis milhões, cento e noventa e um mil, novecentos e setenta e oito reais).

## 5. Patrimônio de Referência

No encerramento do exercício do 2º semestre do ano de 2020, o Patrimônio de Referência do SICOOB PALMEIRAS era de R\$ 44.549.267,63 (quarenta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e três centavos). O quadro de associados no final do exercício do 2º semestre de 2020 era composto por 1.845 associados, envolvendo Sede e PA'S.

## 6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB PALMEIRAS adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 97,03% nos níveis de "AA" a "C", níveis estes refletos a menor probabilidade da ocorrência do não pagamento por parte do tomador dos recursos.

## 7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permite aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabe ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos e Riscos, subordinado diretamente ao Conselho de Administração que é supervisionado pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL, que, por sua vez, realiza as atividades de controles internos, e pela CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, que desenvolve os trabalhos de auditorias internas e ainda possuem a auditoria externa.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais e da Diretoria Executiva. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Plano de Sucessão de Administradores e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para estar de acordo com as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados, estagiários e menor aprendiz dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controles, são relevantes e necessários para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## 8. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente (a cada 3 anos) na AGO de 2019, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

## 9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB PALMEIRAS aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, estagiários, menor aprendiz, Conselheiros de Administração, Fiscal e Diretoria Executiva ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

## 10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de Diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários dos produtos e serviços da cooperativa, além de atuar como canal de comunicação com os associados e integrantes das comunidades onde a Cooperativa atua.

No exercício do 2º semestre de 2020, na Ouvidoria do SICOOB PALMEIRAS, houve 01 (um) registro de ocorrência de associado do Ponto de Atendimento - PA Nazário, o qual foi tratado pela Gerente de Negócios Vanuza Martins de Almeida e encerrada pelo Sistema de Ouvidoria.

## 11. Gerenciamento de Risco e de Capital

### 11.1 Risco Operacional

- a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
- b) O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- c) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos e Riscos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

- d) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006 encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

## 11.2 Riscos de Mercado e de Liquidez

- a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região LTDA.**) objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
- b) Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região LTDA.**) aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).
- c) No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).
- d) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.
- e) Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região LTDA.**) possui estrutura
- f) compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

### 11.3 Risco de crédito

- a) O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região LTDA.**) objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região LTDA.**) aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).
- c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região LTDA**) possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

### 11.4 Gerenciamento de capital

- a) A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região LTDA.**) objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.
- b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região LTDA.**) aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

- c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
- avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
  - planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
  - adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

#### **Agradecimentos**

**Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos colaboradores, menor aprendiz e estagiários por sua dedicação.**

**Palmeiras de Goiás – Goiás, 05 de fevereiro de 2021.**

---

José Renner de Souza Rates  
Presidente

---

José Marques de Macedo  
Vice-Presidente

---

Adairton Gonçalves de Paula  
Conselheiro de Administração

---

Clayton César de Oliveira  
Conselheiro de Administração

---

Emival Vicente de Santana  
Conselheiro de Administração

---

Isaías Alves de Almeida  
Conselheiro de Administração

---

Iury Muller Ferreira  
Conselheiro de Administração

---

Rodrigues Ferreira dos Santos  
Conselheiro de Administração

---

Valmir Coelho de Farias  
Conselheiro de Administração

---

Ricardo Wagner de Oliveira  
Diretor Administrativo

---

Lucas Marques de Oliveira  
Diretor Operacional

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA**  
**SICOOB PALMEIRAS**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>		<b>153.393.577,47</b>	<b>113.094.673,78</b>
<b>Circulante</b>		<b>100.197.847,16</b>	<b>81.832.139,85</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>Nota 4</b>	<b>55.395.758,46</b>	<b>52.752.395,26</b>
Disponibilidades		478.507,52	916.515,85
Centralização Financeira - Cooperativas		54.917.250,94	51.835.879,41
<b>Operações de Crédito</b>	<b>Nota 5</b>	<b>44.470.703,03</b>	<b>28.470.016,0</b>
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		21.716.716,49	9.353.878,62
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(485.379,74)	(310.715,71)
Financiamentos		1.957.906,03	2.104.847,29
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(16.342,85)	(46.728,79)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		21.466.416,22	17.662.464,08
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(168.613,12)	(293.729,47)
<b>Outros Créditos</b>	<b>Nota 6</b>	<b>199.524,11</b>	<b>124.713,69</b>
Rendas a Receber		13.764,10	13.971,64
Diversos		182.804,78	13.614,15
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		2.955,23	97.127,90
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>Nota 7</b>	<b>131.861,56</b>	<b>485.014,88</b>
Outros Valores e Bens		336,00	217.617,12
Despesas Antecipadas		131.525,56	267.397,76
<b>Não Circulante</b>		<b>53.195.730,31</b>	<b>31.262.533,93</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>40.428.527,56</b>	<b>20.308.819,53</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>Nota 5</b>	<b>40.325.329,52</b>	<b>20.205.621,49</b>
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		23.002.037,71	12.261.324,84
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(361.909,54)	(484.955,15)
Financiamentos		3.792.387,43	2.953.390,39
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(29.840,27)	(46.471,98)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		14.035.193,97	5.615.871,19
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(112.539,78)	(93.537,80)
<b>Outros Créditos</b>	<b>Nota 6</b>	<b>103.198,04</b>	<b>103.198,04</b>
Devedores por Depósitos em Garantia		103.198,04	103.198,04
<b>Permanente</b>		<b>12.767.202,75</b>	<b>10.953.714,40</b>
<b>Investimentos</b>	<b>Nota 8</b>	<b>9.348.823,03</b>	<b>8.347.275,98</b>
Participação em Cooperativa Central de Crédito		6.314.689,46	5.535.864,11
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		3.010.133,57	2.811.411,87
Outros investimentos		24.000,00	-
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>Nota 9</b>	<b>3.020.840,69</b>	<b>2.363.882,34</b>
Imobilizado de Uso		3.678.210,77	2.926.691,86
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(657.370,08)	(562.809,52)
<b>Intangível</b>		<b>397.539,03</b>	<b>242.556,08</b>
Ativos Intangíveis		1.029.741,57	636.745,21
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(632.202,54)	(394.189,13)
<b>Total do Ativo</b>		<b>153.393.577,47</b>	<b>113.094.673,78</b>

<b>PASSIVO</b>		<b>98.794.624,09</b>	<b>62.951.333,14</b>
<b>Circulante</b>		<b>84.598.865,07</b>	<b>57.168.581,13</b>
<b>Depósitos</b>	<b>Nota 10</b>	<b>56.178.497,76</b>	<b>30.195.590,13</b>
Depósitos à Vista		30.246.287,05	16.237.757,33
Depósitos Sob Aviso		0,03	0,03
Depósitos à Prazo		25.932.210,68	13.957.832,77
<b>Recursos de Aceite e Emissão de Títulos</b>	<b>Nota 11</b>	<b>8.035.571,19</b>	<b>6.159.678,64</b>
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio		8.035.571,19	6.159.678,64
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>Nota 12</b>	<b>9.528.987,73</b>	<b>15.252.637,75</b>
Repasse Interfinanceiros		9.528.987,73	15.252.637,75
<b>Relações Interdependências</b>	<b>Nota 13</b>	<b>9.103.000,00</b>	<b>3.729.400,00</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros		9.103.000,00	3.729.400,00
<b>Outras Obrigações</b>	<b>Nota 14</b>	<b>1.752.808,39</b>	<b>1.831.274,61</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		312,97	6.527,19
Sociais e Estatutárias		1.066.622,89	690.884,15
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		188.121,39	422.794,69
Diversas		497.751,14	711.068,58
<b>Não Circulante</b>		<b>14.195.759,02</b>	<b>5.782.752,01</b>
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>Nota 12</b>	<b>14.035.193,97</b>	<b>5.515.871,19</b>
Repasse Interfinanceiros		14.035.193,97	5.515.871,19
<b>Outras Obrigações</b>	<b>Nota 14</b>	<b>160.565,05</b>	<b>266.880,82</b>
Diversas		57.367,01	163.682,78
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		103.198,04	103.198,04
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota 16</b>	<b>54.598.953,38</b>	<b>50.143.340,64</b>
<b>Capital Social</b>		<b>41.934.880,84</b>	<b>38.015.412,32</b>
De Domiciliados No País			
(-) Capital A Realizar			
<b>Reserva de Sobras</b>		11.461.275,44	10.769.143,45
<b>Sobras ou Perdas Acumuladas</b>			
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>153.393.577,47</b>	<b>113.094.673,78</b>

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA**  
**SICOOB PALMEIRAS**  
**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO**

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
<b>Ingresso/Receita da Intermediação Financeira</b>		<b>5.535.152,14</b>	<b>10.676.319,76</b>	<b>6.075.354,37</b>	<b>11.421.504,55</b>
Operações de Crédito	18	4.739.774,84	8.995.194,58	4.407.486,41	8.629.609,24
Resultado das Aplicações Compulsórias		204.696,78	204.696,78	235.652,86	235.652,86
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		590.680,52	1.476.428,40	1.432.215,10	2.556.242,45
<b>Dispêndio da Intermediação Financeira</b>	<b>19</b>	<b>(1.147.330,60)</b>	<b>(2.171.104,94)</b>	<b>(858.597,58)</b>	<b>(1.909.581,54)</b>
Operações de Captação no Mercado		(355.185,10)	(747.805,45)	(642.793,37)	(1.187.988,28)
Operações de Empréstimos e Repasses		(610.351,13)	(1.271.772,96)	(538.267,89)	(858.361,89)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(181.794,37)	(151.526,53)	322.463,68	136.768,63
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>4.387.821,54</b>	<b>8.505.214,82</b>	<b>5.216.756,79</b>	<b>9.511.923,01</b>
<b>Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais</b>		<b>(1.809.454,07)</b>	<b>(3.644.631,84)</b>	<b>(1.712.516,23)</b>	<b>(3.143.275,86)</b>
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	20	710.738,58	1.329.790,46	642.536,10	1.091.823,46
Rendas (Ingressos) de Tarifas	21	98.514,88	171.665,90	73.461,45	144.325,64
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	22	(1.303.764,47)	(2.512.820,78)	(1.198.746,81)	(2.293.809,70)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	23	(1.634.293,40)	(3.171.351,46)	(1.370.399,58)	(2.417.376,64)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(59.898,09)	(191.595,71)	(97.727,38)	(170.373,82)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	24	443.226,72	817.299,63	406.520,23	835.724,89
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	25	(14.201,60)	(34.328,31)	(219.998,00)	(293.537,05)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Redução ao Valor Recuperável		(90.203,65)	(163.533,72)	-	-
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		-	-	-	(2.381,63)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		40.426,96	110.242,15	51.837,76	(37.671,01)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>2.578.367,47</b>	<b>4.860.582,98</b>	<b>3.504.240,56</b>	<b>6.368.647,15</b>
<b>Outras Receitas e Despesas</b>	<b>26</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.576,01</b>
Outras Receitas		-	-	-	8.089,01
Outras Despesas		-	-	-	(513,00)
<b>Resultado Antes da Tributação e Participações</b>		<b>2.578.367,47</b>	<b>4.860.582,98</b>	<b>3.504.240,56</b>	<b>6.376.223,16</b>
Imposto de Rendas		(28.509,75)	(28.509,75)	-	-
Contribuição Social		(24.093,17)	(24.093,17)	-	-
<b>Sobras/Perdas Antes das Destinações</b>		<b>2.525.764,55</b>	<b>4.807.980,06</b>	<b>3.504.240,56</b>	<b>6.376.223,16</b>
<b>Resultado Antes dos Juros ao Capital</b>		<b>2.525.764,55</b>	<b>4.807.980,06</b>	<b>3.504.240,56</b>	<b>6.376.223,16</b>
Juros ao Capital	18	(405.156,63)	(1.057.698,86)	(1.049.679,78)	(2.029.242,13)
<b>SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS</b>		<b>2.120.607,92</b>	<b>3.750.281,20</b>	<b>2.454.560,78</b>	<b>4.346.981,03</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA  
SICOOB PALMEIRAS  
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Capital		Reserva de Capital	Reserva Legal	Estatutárias	Reserva de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais	
	Capital Subscrito	Capital a Realizar				Contingências	Expansão	Outras			
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	Notas	28.123.115,13	(110.161,00)	-	7.306.884,37	1.406.627,82	374.314,11	-	-	1.205.680,98	38.306.461,41
Constituição de Reservas		1.406.627,82	-	-	-	(1.406.627,82)	143.911,11	-	-	-	143.911,11
Ao Capital		1.205.680,98	-	-	-	-	-	-	-	(1.205.680,98)	-
Por Subscrição/Realização		8.905.280,90	998,31	-	-	-	-	-	-	-	8.906.279,21
Por Devolução ( - )		(3.542.371,95)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.542.371,95)
Estorno de Capital		(3.000,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.000,00)
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>		-	-	-	-	-	-	-	-	<b>6.3763223,16</b>	<b>6.376.223,16</b>
Juros ao Capital		2.228.160,99	-	-	-	-	-	-	-	(2.029.242,13)	198.918,86
IRRF sobre Juros ao Capital		(198.918,86)	-	-	-	-	-	-	-	-	(198.918,86)
<b>FATES - Atos Não Cooperativos</b>		-	-	-	-	-	-	-	-	182.301,84	182.301,84
Fundo de Reserva		-	-	-	1.358.784,86	-	-	-	-	{1.358.784,86}	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	-	1.585.249,00	-	-	-	{1.585.249,00}	-
F A T E S		-	-	-	-	-	-	-	-	{226.464,14}	{226.464,14}
<b>Saldo em 31/12/2019</b>		<b>38.124.575,01</b>	<b>(109.162,69)</b>		<b>8.665.669,23</b>	<b>1.585.249,00</b>	<b>518.225,22</b>	-	-	<b>1.358.784,87</b>	<b>50.143.340,64</b>
Constituição de Reservas		-	-	-	-	-	(336.946,96)	-	-	-	(336.946,96)
Ao Capital		2.856.303,47	-	-	-	-	-	-	-	(2.856.303,47)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	-	-	-	-	-	(87.730,38)	(87.730,38)
<b>Constituição de reservas por Incorporações</b>		-	-	-	<b>8.267,57</b>	-	-	-	-	-	<b>8.267,57</b>
Por Subscrição/Realização		3.678.489,99	(975.202,83)	-	-	-	-	-	-	-	2.703.287,16
Por Devolução ( - )		(2.619.557,40)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.619.557,40)
<b>Reversões de Reservas</b>		-	-	-	-	<b>(1585.249,00)</b>	-	-	-	<b>1.585.249,00</b>	-
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>		-	-	-	-	-	-	-	-	<b>4.807.980,06</b>	<b>4.807.980,06</b>
Juros ao Capital		1.041.633,94	-	-	-	-	-	-	-	{1.057.698,86}	(16.064,92)

IRRF sobre Juros ao Capital	(62.198,65)	-	-	-	-	-	-	-	-	(62.198,65)
<b>FATES - Atos Não Cooperativos</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>259.042,44</b>	<b>259.042,44</b>
Fundo de Reserva	-	-	-	1.202.797,10	-	-	-	-	(1.202.797,10)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	-	1.403.263,28	-	-	-	(1.403.263,28)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	-	-	-	(200.466,18)	(200.466,18)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>43.019.246,36</b>	<b>(1.084.365,52)</b>	<b>-</b>	<b>9.876.733,90</b>	<b>1.403.263,28</b>	<b>181.278,26</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.202.797,10</b>	<b>54.598.953,38</b>

<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b>36.006.072,06</b>	<b>(264.422,66)</b>	<b>-</b>	<b>7.306.884,37</b>	<b>-</b>	<b>433.559,18</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.892.420,25</b>	<b>45.374.513,20</b>
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	84.666,04	-	-	-	84.666,04
Por Subscrição/Realização	1.876.475,49	155.259,97	-	-	-	-	-	-	-	2.031.735,46
Por Devolução ( - )	(1.789.233,92)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.789.233,92)
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.504.240,56</b>	<b>3.504.240,56</b>
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.049.679,78)	(1.504.240,,56)
Juros ao Capital	2.228.160,99	-	-	-	-	-	-	-	-	2.228.160,99
IRRF sobre Juros ao Capital	(196.899,61)	-	-	-	-	-	-	-	-	(196.899,61)
<b>FATES - Atos Não Cooperativos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>182.301,84</b>	<b>182.301,84</b>
Fundo de Reserva	-	-	-	1.358.784,85	-	-	-	-	(1.358.784,86)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	-	1.585.249,00	-	-	-	(1.585.249,00)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	-	-	-	(226.464,14)	(226.464,14)
<b>Saldo em 30/12/2019</b>	<b>38.124.575,01</b>	<b>(109.162,69)</b>	<b>-</b>	<b>8.665.669,23</b>	<b>1.585.249,00</b>	<b>518.225,22</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.358.784,87</b>	<b>50.143.340,64</b>

<b>Saldo em 30/06/2020</b>	<b>37.771.095,11</b>	<b>(366.104,30)</b>	<b>-</b>	<b>8.673.936,80</b>	<b>1.585.249,00</b>	<b>569.765,59</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.988.458,15</b>	<b>51.222.400,35</b>
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	(388.487,33)	-	-	-	(388.487,33)
Ao Capital	2.856.303,47	-	-	-	-	-	-	-	(2.856.303,47)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	(87.730,38)	(87.730,38)
Por Subscrição/Realização	2.640.114,84	(718.261,22)	-	-	-	-	-	-	-	1.921.853,62
Por Devolução ( - )	(1.227.702,35)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.227.702,35)

<b>Reversões de Reservas</b>	-	-	-	-	<b>(1.585.249,00)</b>	-	-	-	<b>1.585.249,00</b>	-
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>2.525.764,55</b>	<b>2.525.764,55</b>
Juros ao Capital	1.041.633,94	-	-	-	-	-	-	-	(405.156,63)	636.477,31
IRRF sobre Juros ao Capital	(62.198,65)	-	-	-	-	-	-	-	-	(62.198,65)
<b>FATES - Atos Não Cooperativos</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>259.042,44</b>	<b>259.042,44</b>
Fundo de Reserva	-	-	-	1.202.797,10	-	-	-	-	(1.202.797,10)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	-	1.406.263,28	-	-	-	(1.403.263,28)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	-	-	-	(200.466,18)	(200.466,18)
<b>Saldo em 30/12/2020</b>	<b>43.019.246,36</b>	<b>(1.084.365,52)</b>	-	<b>9.876.733,90</b>	<b>1.403.263,28</b>	<b>181.278,26</b>	-	-	<b>1.202.797,10</b>	<b>54.598.953,38</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA**  
**SICOOB PALMEIRAS**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE**

DRA	Notas	2° Sem 2020	31/12/2020	2° Sem 2019	31/12/2019
<b>Sobras/Perdas Líquidas</b>		<b>2.525.764,55</b>	<b>4.807.980,06</b>	<b>3.504.240,56</b>	<b>6.376.223,16</b>
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>		<b>2.525.764,55</b>	<b>4.807.980,06</b>	<b>3.504.240,56</b>	<b>6.376.223,16</b>
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA.**  
**3060 - SICOOB PALMEIRAS**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

DESCRIÇÃO	2º Sem. 2020	2º Sem. 2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Atividades Operacionais</b>				
<b>Sobras/Perdas Líquidas Antes das Destinações</b>	<b>2.525.764,55</b>	<b>3.504.240,56</b>	<b>4.807.980,06</b>	<b>6.376.223,16</b>
Juros ao Capital a Receber	(161.983,96)	(311.373,51)	(161.983,96)	(311.373,51)
Distribuição de Sobras a Receber	(119.241,73)	-	(317.961,85)	(325.436,88)
Provisão para Operações de Crédito	181.794,7	(322.463,68)	151.526,53	(136.768,63)
Provisão de Juros ao Capital	(405.156,63)	(1.049.679,78)	(1.057.698,86)	(2.029.242,13)
Perdas Por Redução Ao Valor Recuperável de Ativos de Uso	90.203,65	-	163.533,72	-
Provisões (Reversão) para Garantias Prestadas	41.869,62	80.570,166	71.324,43	250.960,24
Despesa (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	-	-	-	2.381,63
Depreciações e Amortizações	104.234,33	92.988,07	168.781,33	157.138,14
	<b>2.257.458,20</b>	<b>1.994.281,82</b>	<b>3.825.501,40</b>	<b>3.983.882,02</b>
<b>Aumento (Redução) em ativos operacionais</b>				
Operações de Crédito	(34.024.537,23)	13.747.662,56)	(36.271.921,57)	(6.153.386,91)
Outros Créditos	132.677,96	365.150,90	285.893,66	682.160,73
Outros Valores e Bens	272.995,92	(404.017,92)	353.153,32	(485.014,88)
<b>Aumento (Redução) em passivos operacionais</b>				
Depósitos a Vista	701.003,59	(1.128.700,43)	14.008.529,72	4.929.721,71
Depósitos a Prazo	3.486.964,08	(2.801.202,83)	11.974.377,91	1.910.209,50
Obrigações por Emissão de LCA	3.413.233,30	1.410.292,75	1.875.892,55	2.999.075,19
Relações Interdependências	9.102.885,00	3.729.400,00	5.373.600,00	1.981.600,00
Relações Interfinanceiras	8.680.123,67	16.457.786,21	2.795.672,76	8.581.831,21
Outras Obrigações	(738.773,80)	(1.282.842,55)	(203.503,50)	545.792,34
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	259.042,44	182.301,84	259.042,44	182.301,84
FATES Sobras Exercício	(200.466,18)	(226.464,14)	(200.466,18)	(226.464,14)
IRPJ e CSLL pagos	(52.602,92)	-	(52.602,92)	-
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais</b>	<b>(6.709.969,97)</b>	<b>(599.197,66)</b>	<b>(2.026.561,67)</b>	<b>(1.628.737,01)</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>				
Dividendos e JCP Recebidos	119.241,73	-	119.241,73	-
Aquisição de Intangível	(29.359,16)	1.050.753,90	(323.764,28)	960.524,70
Aquisição de Imobilizado de Uso	(176.941,31)	(1.338.578,05)	(820.492,07)	(1.702.453,14)
Aquisição de investimentos	(305.225,69)	(311.373,51)	(1.001.547,05)	(886.808,57)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(392.284,43)</b>	<b>(599.197,66)</b>	<b>(2.026.561,67)</b>	<b>(1.628.737,01)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>				
Aumento por novos aportes de Capital	1.921.853,62	2.031.735,46	2.703.287,16	8.906.279,21
Devolução de Capital à Cooperados	(1.227.702,35)	(1.789.233,92)	(2.619.557,40)	(3.542.371,95)
Estorno de Capital				(3.000,00)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	(87.730,38)	-	(87.730,38)	-
Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF	979.435,29	2.031.261,38	979.435,29	2.029.242,13
Outros Eventos/Reservas	(388.487,33)	84.666,04	(328.679,39)	143.911,11
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>1.197.368,85</b>	<b>2.358.428,96</b>	<b>646.755,28</b>	<b>7.534.060,50</b>
<b>Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(5.904.885,55)</b>	<b>6.307.554,39</b>	<b>2.643.363,20</b>	<b>24.837.032,10</b>
<b>Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do Período	61.300.644,01	46.444.840,87	52.752.395,26	27.915.363,16
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	55.395.758,46	52.752.395,26	55.395.758,46	52.752.395,26
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(5.904.885,55)</b>	<b>6.307.554,39</b>	<b>2.643.363,20</b>	<b>24.837.032,10</b>

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

**1. Contexto Operacional**

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA - SICOOB PALMEIRAS**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **02/02/1993**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB PALMEIRAS**, sediada à **Avenida Humberto Mendonça, n. 223, Vila São José, Palmeiras de Goiás – GO**, possui 3 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **TURVÂNIA - GO, PALMINÓPOLIS - GO, NAZÁRIO - GO.**

O **SICOOB PALMEIRAS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

I. Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

II. A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

III. Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 15/03/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

## 2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

### a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular n° 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

### b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

## 2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

### d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

#### **e) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **f) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **g) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **h) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do SICOOB GOIÁS CENTRAL e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### **i) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **j) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### **l) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

#### **n) Demais ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

#### **o) Demais passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **p) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **q) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

#### t) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### u) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### v) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

#### 4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários (a)	478.507,52	916.515,85
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	54.917.250,94	51.835.879,41
TOTAL	55.395.758,46	52.752.395,26

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata em caixa na cooperativa e depósitos mantidos no Bancoob.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 2.556.242,45 e R\$1.476.428,40, respectivamente, com taxa média de 98% do CDI nos respectivos períodos.

## 5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	19.416.599,10	19.551.861,64	38.968.460,74	21.615.203,46
Financiamentos	2.300.117,39	3.450.176,07	5.750.293,46	5.058.237,68
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	23.424.322,25	17.827.581,40	41.251.903,65	23.278.335,27
Total de Operações de Crédito	45.141.038,74	40.829.619,11	85.970.657,85	49.951.776,41
(-) Provisões para Operações de Crédito	(670.335,71)	(504.289,59)	(1.174.625,30)	(1.276.138,90)
TOTAL	44.470.703,03	40.325.329,52	84.796.032,55	48.675.637,51

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A A	-	Normal	2.969.925,11	636.750,90	413.367,87	4.020.043,88		2.812.361,45	
A	0,5 %	Normal	25.773.924,58	3.238.669,97	22.520.215,02	51.532.809,57	(257.664,05)	22.091.279,37	(110.456,40)
B	1%	Normal	8.993.384,46	1.475.160,63	11.292.531,00	21.761.076,09	(217.610,76)	13.293.080,25	(132.930,80)
B	1%	Vencidas	8.121,00	49.973,04	0,00	58.094,04	(580,94)	6.664,40	(66,64)
C	3%	Normal	5.913.965,50	289.077,27	1.027.473,73	7.230.516,50	(216.915,50)	7.520.660,16	(225.619,80)
C	3%	Vencidas	40.098,88	0,00	0,00	40.098,88	(1.202,97)	74.211,21	(2.226,34)
D	10 %	Normal	371.255,07	60.661,65	248.022,57	679.939,29	(67.993,93)	3.092.989,23	(309.298,92)
D	10 %	Vencidas	109.415,12	0,00	0,00	109.415,12	(10.941,51)	314.249,21	(31.424,92)

E	30 %	Normal	134.274,73	0,00	0,00	134.274,73	(40.282,42)	235.818,12	(70.745,44)
E	30 %	Vencidas	8.560,07	0,00	0,00	8.560,07	(2.568,02)	10.990,21	(3.297,06)
F	50 %	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.259,58	(48.129,79)
F	50 %	Vencidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.245,77	(32.622,89)
G	70 %	Normal	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	(70.000,00)	0,00	0,00
G	70 %	Vencidas	23.028,33	0,00	0,00	23.028,33	(16.119,83)	95.132,71	(66.592,90)
H	100 %	Normal	152.591,68	0,00	0,00	152.591,68	(152.591,68)	242.593,76	(242.593,76)
H	100 %	Vencidas	120.209,67	0,00	0,00	120.209,67	(120.209,67)	240,98	(240,98)
Total Normal			44.409.321,13	5.700.320,42	35.501.610,19	85.611.251,74	(1.023.058,34)	49.385.041,92	(1.139.774,91)
Total Vencidos			309.433,07	49.973,04	0,00	359.406,11	(151.622,94)	566.734,49	(136.471,73)
Total Geral			44.718.754,20	5.750.293,46	35.501.610,19	85.970.657,85	(1.174.681,28)	49.951.776,41	(1.276.246,64)
Provisões			(847.289,28)	(46.183,12)	(281.152,90)	(1.174.625,30)		(1.276.138,90)	
Total Líquido			43.871.464,92	5.704.110,34	35.220.457,29	84.796.032,55		48.675.637,51	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
------	--------	-------------	--------------	-------

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	250.725,77	0,00	0,00	250.725,77	0%
Setor Privado - Indústria	1.330.496,74	0,00	0,00	1.330.496,74	2%
Setor Privado - Serviços	9.982.950,32	1.081.832,97	463.327,59	11.528.110,88	13%
Pessoa Física	32.873.967,69	4.668.460,49	35.038.282,60	72.580.710,78	84%
Outros	280.613,68	0,00	0,00	280.613,68	0%
TOTAL	44.718.754,20	5.750.293,46	35.501.610,19	85.970.657,85	100%

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	2.897.248,21	3,00%	3.022.912,49	6,00%
10 Maiores Devedores	20.359.119,38	24,00%	14.438.190,08	29,00%
50 Maiores Devedores	50.957.406,89	59,00%	33.575.984,46	67,00%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	948.243,27	536.819,00

[sicoobpalmeiras.com.br](http://sicoobpalmeiras.com.br)

Av. Humberto Mendonça, N° 223, Vl. São Jose  
76.190-000 – Palmeiras de Goiás  
Tel.: (64) 3571-1692

Valor das operações transferidas no período	725.774,93	927.727,52
Valor das operações recuperadas no período	(749.236,02)	(495.838,79)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	-	-
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-	(20.464,46)
<b>TOTAL</b>	<b>924.782,18</b>	<b>948.243,27</b>

g) Operações renegociadas:

Em 31/12/2020 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 416.380,78 (quatrocentos e dezesseis mil trezentos e oitenta reais e setenta e oito centavos) e 31/12/2019 de R\$ 726.908,28 (setecentos e vinte seis mil e novecentos e oito reais e vinte e oito centavos), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

## 6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Rendas a Receber (a)	13.764,10		13.971,64	
Serviços prestados a receber	10.529,44	0,00	9.989,09	0,00
Outras rendas a receber	3.234,66	0,00	3.982,55	0,00
Diversos	185.760,01			
Adiantamentos e antecipações salariais	8.783,85	0,00	8.881,34	0,00
Devedores por depósitos em garantia (b)	-	103.198,04	-	103.198,04
Adiantamento para despesas diversas (c)	26.000,00			
Devedores por compra de valores e bens (d)	57.759,46			
Impostos e contribuições a compensar (e)	2.955,23	0,00	97.127,90	0,00
Títulos e créditos a receber	80.339,48	0,00	657,83	0,00
Devedores diversos - país	9.921,99	0,00	4.074,98	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>199.524,11</b>	<b>103.198,04</b>	<b>124.713,69</b>	<b>103.198,04</b>

- (a) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de CELG, SANEAGO, TELECOMUNICAÇÃO, TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS, DPVAT, FGTS E OUTROS, os quais serão recebidas a partir do mês de janeiro de 2021.
- (b) Depósitos judiciais relacionados as demandas PIS e COFINS incidentes sobre as receitas de atos cooperativos, que vem sendo discutido judicialmente.
- (c) Adiantamento para despesas diversas refere-se a adiantamento a titulo de Aluguel para PA Nazário.
- (d) Devedores para compra de valores e bens refere-se a saldo residual referente a venda de um lote recebido em dação de pagamento.

(e) Refere-se a valores pagos de impostos retidos sobre comissão.

#### 07. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Bens Não de Uso Próprio	0,00	217.218,12
Material em Estoque	336,00	399,00
Despesas Antecipadas (a)	131.525,56	267.397,76
<b>TOTAL</b>	<b>131.861,56</b>	<b>485.014,88</b>

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes ao PROJETO INOVA TI.

#### 08. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito	6.314.689,46	5.535.864,11
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	3.010.133,57	2.811.411,87
Outros Investimentos	24.000,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>9.348.823,03</b>	<b>8.347.275,98</b>

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB GOIÁS CENTRAL e ações do BANCOOB.

#### 09. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos		530.996,96	530.996,96
Terrenos - Reavaliações			
Edificações	4%	1.275.975,18	863.499,11
Edificações - Reavaliações			
Mobiliário	10%	481.120,37	200.332,02
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(628.839,08)	(123.098,29)
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	1.309.135,77	1.204.319,06
Sistema de Segurança	10%	36.308,12	86.908,71
Sistema de Transporte	20%	36.500,00	36.500,00
Benfeitorias em Imóveis De Terceiros		8.174,37	0,00
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(28.531,00)	(439.711,23)
<b>TOTAL</b>		<b>3.020.840,69</b>	<b>2.363.882,34</b>

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

## 10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações préfixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	30.246.287,05		16.237.757,33	
Depósito Sob Aviso	0,03	0,00	0,03	0,00
Depósito a Prazo	25.932.210,68	0,15	13.957.832,77	0,34
TOTAL	56.178.497,76		30.195.590,13	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	9.103.000,00	14,00%	3.729.400,00	11,00%
10 Maiores Depositantes	20.047.277,69	31,00%	11.845.656,98	35,00%
50 Maiores Depositantes	37.666.571,85	58,00%	22.007.012,61	65,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(240.017,69)	(509.815,56)	(485.195,86)	(906.040,99)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(63.362,19)	(152.760,29)	(124.331,59)	(222.539,65)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(51.805,22)	(85.229,60)	(33.265,92)	(59.407,64)
TOTAL	(355.185,10)	(747.805,45)	(642.793,37)	(1.187.988,28)

## 11. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2º sem/20	2020	Taxa média	2º sem/19	2019	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(63.362,19)	(152.760,29)	0,14	(124.331,59)	(222.539,65)	0,31

As Letras de Crédito do Agronegócio – LCA emitidas pelo SICOOB PALMEIRAS possuem remuneração entre 0,80% e 0,90% do CDI, com prazos de vencimentos de até 29/03/2021, com prazo mínimo de carência de 90 (NOVENTA) dias, conforme Resolução CMN Nº 4.410/2015.

## 12. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2020		31/12/2019	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob			10.196.503,82	15.592.731,54	15.942.814,07	6.446.005,25
(-) Despesa a apropriar Bancoob			(667.516,09)	(1.557.537,57)	(690.176,32)	(930.134,06)
<b>TOTAL</b>			<b>9.528.987,73</b>	<b>14.035.193,97</b>	<b>15.252.637,75</b>	<b>5.515.871,19</b>

a) As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2020 o montante de R\$1.271.772,96 e 31/12/2019 R\$ 858.361,89 com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de “Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses”;

## 13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ordens de Pagamento	9.103.000,00	0,00	3.729.400,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>9.103.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.729.400,00</b>	<b>0,00</b>

## 14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	312,97	0,00	6.527,19	0,00
Sociais e Estatutárias	1.066.622,89	0,00	446.092,51	0,00
Fiscais e Previdenciárias	188.121,39	0,00	422.794,69	0,00
Diversas	497.751,14	160.565,05	711.068,58	266.880,82
<b>TOTAL</b>	<b>1.752.808,39</b>	<b>160.565,05</b>	<b>1.831.274,61</b>	<b>266.880,82</b>

#### 14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Resultado de Atos com Associados (a)	200.493,22	0,00	2.562,90	0,00
Resultado de Atos com não Associados	44.141,58	0,00	55.856,52	0,00
Cotas de Capital a Pagar (b)	821.988,09	0,00	387.673,09	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.066.622,89</b>	<b>0,00</b>	<b>446.092,51</b>	<b>0,00</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

#### 14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	13.528,42	0,00	19.959,03	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	7.356,20	0,00	4.370,96	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	80.243,73	0,00	69.918,27	0,00
Outros	86.993,04	0,00	328.546,43	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>188.121,39</b>	<b>0,00</b>	<b>422.794,69</b>	<b>0,00</b>

#### 14.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	102.807,16	0,00	87.119,80	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	292.539,43	0,00	436.932,30	0,00
Provisão para Passivos Contingentes	0,00	103.198,04	0,00	103.198,04
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	31.820,36	57.367,01	35.746,74	163.682,78
Credores Diversos - País	70.584,19	0,00	151.269,74	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>497.751,14</b>	<b>160.565,05</b>	<b>711.068,58</b>	<b>266.880,82</b>

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

(b) Refere-se à contabilização, a partir de 01/01/2020, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 9.992.901,37 (R\$ 5.979.751,66 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

## 15. Instrumentos financeiros

O SICOOB PALMEIRAS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 16. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	41.934.880,84	38.015.412,32
Associados	1.845	1.503

### b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

### c) Fundo de Aumento de Capital

Representado pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 35%, utilizados para futuro aumento de capital da cooperativa.

d) Reserva de Contingência

Fundo instituído pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de dezembro de 2014, sob registro na Ata Sumaria nº. 28, que tem por objetivo proteger o patrimônio numerário da cooperativa, por meio da cobertura de eventuais sinistros (arrombamentos, assaltos, furtos e outras ações criminosas) em que a cooperativa possa vir a ser vítima, bem como ao desenvolvimento da cooperativa. Os recursos terão origem do provisionamento mensal no valor de 3% (três por cento) do resultado líquido mensal, antes da provisão do imposto de renda. e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24/07/2020, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 1.358.784,86

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	3.750.281,22	4.346.981,03
Reversão/Utilização do FATES	259.042,44	182.301,84
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	4.009.323,66	4.529.282,87
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 30%	(1.202.797,10)	(1.358.784,86)
Fundo de Aumento de Capital - 35%	(1.403.263,28)	(1.585.249,00)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(200.466,18)	(226.464,14)
Sobra à disposição da Assembléia Geral	1.202.797,10	1.358.784,86

## 17. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de 2020, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 1.057.698,86, equivalente a 100% da variação da SELIC. Em 2019, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 2.029.242,13, equivalente a 100% da variação da SELIC. 18. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	87.707,24	249.777,61	149.747,45	366.817,53
Rendas De Empréstimos	2.862.415,99	5.303.464,20	2.130.393,42	4.337.193,80
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	200.983,96	602.736,06	468.070,48	1.050.059,01
Rendas De Financiamentos	438.249,51	864.049,99	499.494,68	958.777,09
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	317.501,04	525.756,88	327.282,66	811.750,41
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	164.100,86	494.076,83	259.466,17	304.250,06
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	417.332,70	526.916,55	83.375,00	266.553,79
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	16.307,39	151.915,50	99.358,40	128.928,86
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	235.176,15	276.500,96	390.298,15	405.278,69
<b>TOTAL</b>	<b>4.739.774,84</b>	<b>8.995.194,58</b>	<b>4.407.486,41</b>	<b>8.629.609,24</b>

## 19. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(355.185,10)	(747.805,45)	(642.793,37)	(1.187.988,28)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(610.351,13)	(1.271.772,96)	(538.267,89)	(858.361,89)
Provisões/Reversão para Operações de Crédito	(181.794,37)	(151.526,53)	322.463,68	136.768,63
<b>TOTAL</b>	<b>(1.147.330,60)</b>	<b>(2.171.104,94)</b>	<b>(858.597,58)</b>	<b>(1.909.581,54)</b>

## 20. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	84.192,41	164.359,56	74.354,95	133.962,45
Rendas de Outros Serviços	626.546,17	1.165.430,90	568.181,15	957.861,01
<b>TOTAL</b>	<b>710.738,58</b>	<b>1.329.790,46</b>	<b>642.536,10</b>	<b>1.091.823,46</b>

## 21. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Serviços Prioritários - PF	46.399,00	78.711,01	33.430,00	61.602,00
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	630,00	630,00	240,00	240,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	51.485,88	92.324,89	39.791,45	82.483,64
<b>TOTAL</b>	<b>98.514,88</b>	<b>171.665,90</b>	<b>73.461,45</b>	<b>144.325,64</b>

## 22. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(8.964,00)	(17.928,00)	(8.964,00)	(17.802,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(142.272,00)	(287.034,00)	(142.714,00)	(284.463,00)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(212.915,89)	(390.680,55)	(160.129,98)	(294.335,89)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(262.814,30)	(525.650,26)	(243.379,47)	(457.516,25)
Despesas de Pessoal - Proventos	(656.029,95)	(1.257.812,90)	(627.099,36)	(1.212.665,89)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(20.768,33)	(33.715,07)	(16.460,00)	(27.026,67)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.303.764,47)</b>	<b>(2.512.820,78)</b>	<b>(1.198.746,81)</b>	<b>(2.293.809,70)</b>

### 23. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(38.860,59)	(71.436,38)	(31.957,81)	(61.005,27)
Despesas de Aluguéis	(74.000,98)	(130.104,19)	(40.183,08)	(78.165,44)
Despesas de Comunicações	(34.064,51)	(69.652,46)	(28.290,15)	(52.816,65)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(2.784,81)	(15.189,39)	(11.948,91)	(24.142,85)
Despesas de Material	(31.277,91)	(72.295,56)	(17.749,43)	(44.795,16)
Despesas de Processamento de Dados	(246.225,21)	(518.855,07)	(191.583,65)	(321.009,82)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(3.582,75)	(8.462,75)	(32.157,70)	(128.460,30)
Despesas de Propaganda e Publicidade	0,00	(53.750,32)	(144.366,23)	(162.817,95)
Despesas de Publicações	(699,25)	(699,25)	0,00	(1.447,50)
Despesas de Seguros	(67.970,84)	(156.682,56)	(100.608,37)	(151.469,79)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(270.514,15)	(446.591,25)	(127.029,60)	(259.869,88)
Despesas de Serviços de Terceiros	(110.182,07)	(211.514,90)	(84.486,32)	(143.689,77)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(131.403,76)	(243.130,30)	(94.414,30)	(187.965,77)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(116.614,02)	(230.923,85)	(172.361,41)	(250.115,15)
Despesas de Transporte	(36.530,91)	(66.035,19)	(19.125,73)	(35.126,01)
Despesas de Viagem no País	(2.378,16)	(9.132,42)	(19.590,55)	(29.658,59)
Despesas de Amortização	(104.234,33)	(168.781,33)	(40.293,27)	(74.940,31)
Despesas de Depreciação	0,00	0,00	(52.694,80)	(82.197,83)
Outras Despesas Administrativas	(16.568,65)	(31.829,83)	(33.523,81)	(48.170,75)
Emolumentos judiciais e cartorários	(1.108,54)	(12.830,27)	(15.355,35)	(29.719,48)
Contribuição a OCE	(87.735,00)	(169.617,98)	(42.630,00)	(171.424,55)
Rateio de despesas da Central	(257.556,96)	(483.836,21)	(70.049,11)	(70.049,11)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	0,00	0,00	0,00	(8.318,71)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.634.293,40)</b>	<b>(3.171.351,46)</b>	<b>(1.370.399,58)</b>	<b>(2.417.376,64)</b>

### 24. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	0,00	0,05	0,00	0,00
Outras	82.296,58	181.566,58	132.407,92	213.289,23
Outras rendas operacionais	360.930,14	635.733,00	274.112,31	622.435,66
<b>TOTAL</b>	<b>443.226,72</b>	<b>817.299,63</b>	<b>406.520,23</b>	<b>835.724,89</b>

### 25. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	0,00	0,00	(164.948,67)	(164.948,67)
Outras Despesas Operacionais	(14.201,60)	(34.328,31)	(55.049,33)	(128.588,38)
<b>TOTAL</b>	<b>(14.201,60)</b>	<b>(34.328,31)</b>	<b>(219.998,00)</b>	<b>(293.537,05)</b>

## 26. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Ganhos de Capital	0,00	0,00	0,00	8.089,01
(-) Outras Despesas não Operacionais	0,00	0,00	0,00	(513,00)
Resultado Líquido	0,00	0,00	0,00	7.576,01

## 27. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	28.721.156,03	21,8632%	171.619,22
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	8.414.038,98	6,4050%	42.582,67
<b>TOTAL</b>	<b>37.135.195,01</b>	<b>28,2682%</b>	<b>214.201,89</b>
Montante das Operações Passivas	12.566.538,93	14,3929%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	153.491,01	6.838,06	35,3762%
Financiamentos Rurais	14.539.908,03	114.778,15	40,9556%
Empréstimos	10.254.833,23	67.971,67	24,0697%
Financiamentos	229.058,66	1.527,92	3,9834%
Direitos Creditórios Descontados	41.935,66	127,36	2,9123%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	3.601.468,50	12,0012%	0%
Depósitos a Prazo	722.526,70	2,7862%	0,1557%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	681.390,25	8,4797%	0,1337%

- c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Direitos Creditórios Descontados	2,2083%
Empréstimos	1,1579%
Financiamentos Rurais - repasses	1,1586%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	89,4371%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1,2339%

(\*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	17,8779%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	4,5571%
Crédito Rural (modalidades)	11,2982%
Aplicações Financeiras	14,3929%

- d) Créditos baixados como prejuízo no decorrer do período:

MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS COM PREJUÍZO DE PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2020	
Cobrança Administrativa	-
Cobrança Judicial	-
Não cobrados	-
TOTAL GERAL	-

- e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são:  
avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	206,57
Conta Garantida	47.910.234,02
Direitos Creditórios Descontados	764.302,14
Empréstimos	22.212.702,27
Financiamentos	1.401.600,96

- f) No decorrer do exercício não houve aquisições, por partes relacionadas, de Bens recebidos pela Singular em dação e pagamento, bem como da venda de bens patrimoniais da Cooperativa.

## 28. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA – SICOOB PALMEIRAS**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB PALMEIRAS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB GOIÁS CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB GOIÁS CENTRAL**:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Centralização Financeira	54.917.250,94	51.835.879,41
Investimentos	6.314.689,46	5.535.864,11

## 29. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

### 29.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### 29.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;

- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### 29.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### 29.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### 29.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

### 30. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2020	2019
Índice de basileia	46,69%	63,54%

### 32. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Fiscais	103.198,00	103.198,00	103.198,00	103.198,00
TOTAL	103.198,00	103.198,00	103.198,00	103.198,00

O montante registrado refere-se à provisão constituída para riscos fiscais relativa ao PIS e à COFINS, que se encontram depositados em juízo. A legalidade de recolhimento está sendo questionada pelas cooperativas de crédito integrantes do sistema Sicoob Goiás, por meio do mandado de segurança aforados pelo mesmo, com pedido de liminar. Foi concedida em 01.08.2000, liminar determinando a autoridade competente para se abster de exigir das cooperativas de crédito do Sistema Sicoob Goiás a contribuição para a COFINS sobre receitas com atos cooperativos próprios (Lei 5.761/71), que se encontra suspensa, excluindo-se da decisão os atos praticados com terceiros. Em 25.11.2005, o TRF da 1ª Região julgou e deu ganho de causa às

cooperativas de crédito integrantes do Sistema Sicoob Goiás, em relação ao recurso de apelação no Mandado de Segurança, no que diz respeito à cobrança da COFINS. Segundo Assessoria Jurídica do Sicoob Goiás Central, a Receita Federal recorreu da decisão e ainda se aguarda o resultado do recurso.

Segundo a assessoria jurídica, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, classificados com probabilidade de perda possível.

**PALMEIRAS DE GOIÁS-GO, 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

**JOSE RENNER DE SOUZA RATES**  
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADM.

**RICARDO WAGNER DE OLIVEIRA**  
DIRETOR ADMINISTRATIVO.

**LUCAS MARQUES DE MOURA**  
DIRETOR OPERACIONAL

**FERNANDA CASTORINA CAMPOS**  
CONTADOR 020222/O

## RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da  
**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda. –  
SICOOB PALMEIRAS**

Palmeiras de Goiás/GO

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda. – SICOOB PALMEIRAS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB PALMEIRAS em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

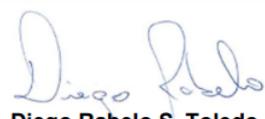
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 15 de março de 2021.



**Diego Rabelo S. Toledo**  
Contador CRC/DF 019481/O-4  
CNAI 2090

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Reuniram-se em sessão Extraordinária, os membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras de Goiás e Região Ltda, em sua sede **Rua Querobino Gomes Leão, Qd.03, Lt.14, Setor São José, Palmeiras de Goiás**, sob coordenação do Conselheiro Fiscal Fabio Mariano de Oliveira, com o objetivo de analisar as peças contábeis por ocasião do encerramento do Exercício findo em 31.12.2020. Foram analisadas as Demonstrações de Sobras ou Perdas, apresentando sobras na ordem de R\$ 4.009.323,66 sendo assim distribuídas as destinações estatutárias sendo Fundo de Reserva R\$ 1.202.797,10 Fundo de Aumento de Capital R\$ 1.403.263,28 e FATES R\$ 200.466,18, apresentou sobras na ordem de R\$ 1.202.797,10 que estão à disposição da Assembleia Geral Ordinária. o Balanço Patrimonial, cujo Ativo e Passivo apresentam o valor de R\$ 153.393.577,47, apresentando Sobras Líquidas e Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis.

Com base nos exames e verificações procedidas, e, ainda, considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais de Uso Geral emitido pela CNAC — Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa; somos de parecer que as mesmas refletem adequadamente a situação econômica, financeira e patrimonial do Sicoob Palmeiras, sugerimos sua aprovação pela Assembleia Geral.

**Palmeiras de Goiás – GO, 16 de Março de 2021**



Fabio Mariano de Oliveira  
- Coordenador -



Carlos Henrique Rodrigues Jaime  
- Secretário -



Thomaz Henrique Rosa e Silva  
- Conselheiro -